

CAPÍTULO 30

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO DISCURSO DA COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

Jeancarlo Rocha Falcão

Colégio Estadual de Côcos
falcaojeancarlo@gmail.com

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo geral mapear e analisar os discursos sobre diversidade sexual e de gênero entre estudantes, professores, equipe pedagógica e gestores escolares. Trata-se de tema relevante diante da necessidade de desconstruir visões preconceituosas ainda presentes no ambiente escolar, que fomentam práticas discriminatórias e comprometem o direito à educação de estudantes LGBTQI+. Quanto à metodologia, foi realizada pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa exploratória. Foram analisados livros, artigos científicos e documentos oficiais buscando sistematizar o estado da arte sobre diversidade sexual e de gênero na educação. Também foram examinados os principais desafios e barreiras enfrentados pelas escolas na implementação de políticas e práticas educacionais voltadas ao respeito à diversidade. Os resultados encontrados confirmam que discursos heteronormativos ainda predominam no ambiente escolar, marginalizando identidades e experiências dissidentes. Há lacunas na formação de professores e lacunas entre políticas idealizadas e práticas escolares concretas. As barreiras incluem perpetuação de estereótipos, patologização de identidades não-cis heteronormativas e dificuldades em reconciliar crenças pessoais dos educadores com diretrizes de direitos humanos. Conclui-se que a escola ainda está distante de cumprir seu papel na promoção da cidadania e respeito à diversidade sexual e de gênero. São necessários mais estudos e intervenções focadas na capacitação de educadores e transformação de mentalidades preconceituosas.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade sexual. Identidade de gênero. Formação de professores. Políticas educacionais.

INTRODUÇÃO

A escola, enquanto instituição formadora, exerce papel crucial na construção de identidades e subjetividades dos estudantes. Conforme destaca Louro (2014), é dentro desse espaço que noções de gênero, sexualidade e diversidade são constantemente reforçadas ou questionadas. São inúmeras as situações, dentro e fora da sala de aula, em que esses temas aparecem, seja de forma explícita ou velada.

Apesar de avanços no reconhecimento dos direitos das minorias sexuais e de gênero na sociedade brasileira recente, ainda são comuns na escola discursos preconceituosos e práticas discriminatórias em relação a essas questões. Como ressalta Junqueira (2009), a homofobia e a transfobia estão naturalizadas nesse ambiente, manifestando-se através de xingamentos, intimidações e violências físicas e simbólicas.

É papel da escola combater esse tipo de violência e criar ambiente seguro e respeitoso para todos os estudantes, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. No entanto, para que isso ocorra, é preciso inicialmente mapear e analisar criticamente os discursos e práticas da própria comunidade escolar frente à diversidade sexual e de gênero.

Nesse sentido, a presente pesquisa busca investigar, por meio de metodologias qualitativas, como se dá a construção dos discursos sobre esses temas entre diferentes atores escolares – alunos, professores, equipe pedagógica e gestores.

Para Louro (2004), é preciso desnaturalizar certas concepções sobre masculinidades e feminilidades para então questionar por que alguns comportamentos e identidades são valorizados e legitimados, enquanto outros são marginalizados e oprimidos.

Diante desse cenário surge a seguinte pergunta problema: Como se caracterizam os discursos sobre diversidade sexual e de gênero entre os diferentes atores da comunidade escolar?

Como hipótese, a comunidade escolar ainda reproduz discursos preconceituosos sobre diversidade sexual e de gênero, revelando lacunas na formação para lidar com essas questões.

O objetivo geral deste trabalho é mapear e analisar os discursos sobre diversidade sexual e de gênero entre estudantes, professores, equipe pedagógica e gestores escolares.

Os objetivos específicos são: a) Apresentar e discutir os conceitos-chave relacionados à diversidade sexual e de gênero, incluindo sexo biológico, identidade de gênero, orientação sexual e heteronormatividade; b) Examinar políticas e diretrizes educacionais voltadas para questões de gênero, sexualidade e diversidade sexual. c) Identificar e discutir os principais obstáculos e barreiras enfrentados pelos profissionais da educação na implementação de ações e práticas de promoção da diversidade sexual, de gênero e do respeito à pluralidade nas escolas.

A presente pesquisa se justifica pela necessidade de compreender

os discursos que circulam na escola sobre diversidade sexual e de gênero, temas frequentemente silenciados ou abordados de forma equivocada nesse ambiente, gerando preconceitos e discriminações. Do ponto de vista social, poderá contribuir para problematizar práticas opressoras, que ferem a dignidade de estudantes LGBTQI+ e comprometem seu direito à educação.

Sob a perspectiva acadêmica, buscará ampliar o conhecimento científico ainda incipiente sobre essa problemática específica da educação brasileira contemporânea. E, profissionalmente, subsidiará futuros programas de formação de professores e intervenções nas escolas para promover espaços mais inclusivos e respeitosos.

A metodologia utilizada na presente pesquisa consistiu em revisão bibliográfica de natureza qualitativa e exploratória sobre a temática de diversidade sexual e de gênero na educação.

Realizou-se um amplo levantamento do referencial teórico disponível na literatura científica, incluindo livros, artigos de periódicos, teses e dissertações. Foram priorizados estudos nacionais recentes, visando compreender como o debate sobre esses temas se desenvolve especificamente no contexto brasileiro. Além disso, foram examinados documentos oficiais relevantes, como legislações, pareceres, diretrizes curriculares e programas governamentais que abordam as questões de gênero e sexualidade no âmbito das políticas educacionais.

A análise do material coletado foi conduzida por meio de categorização temática de conteúdo. Buscou-se sistematizar o estado da arte e mapear os principais conceitos, discussões, resultados de pesquisas, lacunas e desafios relacionados à incorporação da perspectiva de gênero e ao respeito à diversidade sexual nas instituições escolares. Especificamente, investigou-se as concepções e discursos de diferentes atores da comunidade escolar (estudantes, professores, equipe pedagógica e gestores) sobre essas questões, conforme proposta nos objetivos do estudo. Os achados foram interpretados à luz de pressupostos teóricos pós-estruturalistas e interseccionais sobre as relações entre educação, gênero e sexualidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

Diversidade Sexual e de Gênero

A falta de clareza conceitual em torno de termos como "sexo", "gênero", "orientação sexual" e "heteronormatividade" pode levar à perpetuação de estereótipos e à discriminação, como alertam autores como Judith Butler (2004) e Paul Preciado (2008). Um estudo recente da Universidade Federal de Minas Gerais revela que 70% dos jovens brasileiros ainda possuem conceitos errôneos sobre "gênero" e "orientação sexual". Essa desinformação contribui para o aumento da violência contra a população LGBTQI+, segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2023).

Segundo Cruz (2012), o conceito de “sexo” refere-se ao órgão genital inerente ao nascimento, permitindo a classificação em masculino, feminino ou hermafrodita. Este delineamento biológico é crucial no exame da reprodução das espécies. Por outro lado, o gênero abrange os aspectos psicológicos, sociais e culturais que os indivíduos assimilam na sua existência com base nas influências culturais prevaletentes.

O conceito de gênero é independente do sexo biológico; conseqüentemente, nascer homem não determina automaticamente a identificação como homem. Determinar o número exato de categorias de gênero continua a ser um desafio, uma vez que certos gêneros ainda não foram classificados, potencialmente devido a variações culturais (CRUZ, 2012).

No entanto, é amplamente reconhecido que o conceito de gênero vai muito além das noções tradicionais de feminilidade e masculinidade (referidas como gêneros binários). Existe uma variedade de gêneros não binários, incluindo, mas não se limitando a, travesti, pangênero e andrógino. Conseqüentemente, os indivíduos que se conformam com as expectativas de gênero da sociedade são referidos como cisgênero (ou seja, o sexo que lhes foi atribuído à nascença está alinhado com a sua identidade de gênero), enquanto os indivíduos transgênero desafiam esta norma social. Isto é particularmente exemplificado pelos transexuais, que nascem com um sexo biológico, mas possuem uma identidade de gênero diferente do sexo que lhes foi atribuído no nascimento (STOLLER, 1993).

As expectativas mencionadas no parágrafo anterior são inteiramente construídas pela sociedade. Ao longo da história, a sociedade criou e perpetuou consistentemente papéis de gênero, ou expectativas sociais para os indivíduos com base no sexo que lhes foi atribuído à nascença. Indivíduos nascidos do sexo feminino ou masculino são idealizados antes mesmo de virem ao mundo, com preconceitos de ter cabelos longos, privilegiar a cor rosa, possuir nomes específicos, ser modestos e emotivos (no caso das mulheres), ou serem fortes, inteligentes, adepto de jogar futebol e dirigir bem (no caso dos homens). Além disso, estes laços sociais, normas culturais e crenças e valores religiosos moldarão ainda mais o comportamento sexual destes indivíduos no futuro (CARDOSO, 2008).

Inicialmente, o conceito de diversidade de gênero é consideravelmente complexo e ainda não foi amplamente incorporado no discurso acadêmico e na formação profissional abrangente. Além disso, estas noções divergem do conceito de Orientação Sexual, um termo intrinsecamente desconcertante em si mesmo e que continua a ser objeto de controvérsia acalorada.

A maioria dos pesquisadores que se concentram nos aspectos psicossociais do desenvolvimento sexual, conforme articulado por Cardoso (2008), conceitua orientação sexual como a inclinação dos desejos emocionais e sexuais dos indivíduos. O termo “opção sexual”, que implica uma noção de escolha, não é mais utilizado devido ao seu potencial para

confusão. Semelhante a várias manifestações de identidade de gênero, as orientações sexuais podem ser diversas. No entanto, as categorias mais reconhecidas incluem heterossexual (envolvendo atração emocional e sexual pelo gênero oposto), homossexual (por ele gênero) e bissexual (por ambos os gêneros).

Atualmente, a Organização Mundial da Saúde considera todas as manifestações de orientação sexual como conducentes ao bem-estar, reconhecendo a orientação sexual como um aspecto inerente à natureza individual (PEDROSA, 2006).

Embora várias organizações tenham esta percepção da orientação sexual, ela é indicativa do quadro social sexista e heteronormativo. Este quadro perpetua a ideia de que a heterossexualidade é a única expressão aceita da sexualidade e estabelece normas comportamentais prescritas para ambos os gêneros, esperando-se que as mulheres sejam subservientes aos homens.

Esta diferenciação entre o que é considerado “convencional” ou não começa numa fase inicial, como fica evidente no seguinte extrato:

Pais, mães e todos os indivíduos que se envolvem com a criança demonstram condutas que fortalecem ou constroem os traços sociais previstos para aquele “sexo/gênero” específico. Implica uma ampla gama de elementos diversos, incluindo atitudes, linguagem, vestimentas e brinquedos, que, quando manifestados na conduta dos adultos, dos familiares e da sociedade como um todo, contribuirão para a formação de uma identidade subjetiva a ser assimilada pelo indivíduo em questão (FURLANI, 2005, p. 51).

Tais padrões conferem uma qualidade aberrante a tudo o que não se alinha com eles, fomentando a discriminação e o preconceito social, mesmo dentro das instituições educativas, como prevalece na vida quotidiana das escolas. Esta forma de discriminação é conhecida como homofobia. A manifestação de ações homofóbicas pode começar a impactar os indivíduos durante os primeiros anos e intensificar-se durante as fases da adolescência e da idade adulta jovem. Esta crueldade afeta diretamente a inclinação do aluno para participar no ambiente educativo, prejudicando negativamente o seu desenvolvimento intelectual e bem-estar psicológico (FURLANI, 2005).

Para incorporar a diversidade sexual e de gênero na educação moderna, é crucial reconhecer que estes padrões são moldados pelo contexto histórico. Esforços devem ser feitos para evitar a perpetuação de preconceitos e estereótipos na curadoria de conteúdos educacionais (NASCIMENTO; SILVA, 2011).

Gênero e Sexualidade na Educação

Na era atual, as instituições educativas demonstram progressivamente a sua importância no desenvolvimento social dos jovens, ao mesmo tempo que participam fervorosamente na transformação de si mesmas e do mundo. Seguindo a unidade familiar, as escolas servem como contexto primário onde as crianças estabelecem a sua identidade social; portanto, eles adquirem não apenas conhecimento acadêmico, mas também padrões comportamentais e sociais absorvidos (MARTINS, 2017).

O desenvolvimento e a replicação de estruturas de gênero, estatuto socioeconômico, religiosas e raciais nas instituições educativas podem resultar no surgimento de vulnerabilidades e disparidades. É à luz desta perspectiva que se tem feito um exame minucioso da correlação entre as escolas (e a educação como um todo) e a perpetuação de tais estruturas, nomeadamente no que diz respeito à difusão do discurso e à postura recomendada a adotar em resposta a esta questão (MARTINS, 2017).

No domínio da educação, existem vários recursos escritos para apoiar a adoção de medidas que abordem questões de diversidade sexual e de gênero, com o duplo objetivo de prevenção de doenças e promoção da saúde, bem como a preservação dos direitos humanos. Alguns exemplos desses recursos são os seguintes:

- a) Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998);
- b) Programa Brasil Sem Homofobia (BRASIL, 2004);
- c) Caderno Gênero e Diversidade Sexual na Escola (BRASIL, 2007);
- d) Programa Saúde na Escola – PSE (BRASIL, 2008).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são considerados um avanço significativo no endosso do discurso sobre educação sexual nas escolas, exemplificando um momento crucial. A documentação propõe a integração da educação sexual em diversas disciplinas acadêmicas, adotando uma abordagem abrangente.

Os PCNs conferem ao professor um papel significativamente significativo nesta matéria. Conforme indicado pela fonte, cabe ao professor facilitar a exploração da sexualidade, abordando de forma adequada a curiosidade manifestada pelos alunos, desempenhando assim um papel fundamental no seu crescimento e desenvolvimento pessoal. Além disso, a ênfase é colocada na exigência de que os educadores possuam uma disposição empática e esclarecedora, a fim de apoiar e orientar eficazmente os alunos.

A posição do educador no trabalho de educação sexual dentro dos PCN enfatiza a importância da defesa dos valores democráticos e pluralistas. O objetivo é promover ativamente práticas que promovam a igualdade de gênero e defendam a dignidade do indivíduo. Ao fazê-lo, o objetivo é garantir que as discussões e ensinamentos relacionados com a sexualidade sejam conduzidos de uma forma que respeite a perspectiva de cada aluno,

incentive a participação ativa de todos os indivíduos e elimine qualquer forma de discriminação. Isto representa um desafio significativo para os professores, pois eles se esforçam para incorporar esses princípios em suas práticas diárias (GESSER et. al., 2012, p. 231).

Cruz e Palmeira (2009) realizaram uma pesquisa envolvendo professores de Educação Física e constataram que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) exercem influência particular nas questões relacionadas ao gênero nesta disciplina. Os PCNs padronizam e recomendam a implementação de aulas práticas mistas, promovendo a igualdade de oportunidades para meninos e meninas, incentivando todos os alunos e enfatizando a importância de abraçar suas diferenças individuais. Além disso, estas diretrizes continuam a desempenhar um papel orientador na definição das atividades realizadas atualmente no ambiente educacional.

Em 2004, o governo federal brasileiro, em colaboração com a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), iniciou o Brasil sem Homofobia, um programa nacional. O objetivo subjacente desta iniciativa era promover os direitos e o bem-estar da comunidade LGBT, enfatizando a necessidade de igualdade de direitos, a erradicação da violência homofóbica e da discriminação, ao mesmo tempo que reconhecia as características e desafios únicos enfrentados por segmentos específicos desta população. (BRASIL, 2004).

Na área da Educação, o Ministério da Educação (MEC) tomou medidas em 2006 para melhorar a preparação de numerosos especialistas em cidadania e diversidade sexual. Como parte da iniciativa Brasil sem Homofobia, o MEC assume a responsabilidade de liderar campanhas e iniciativas que visam erradicar a violência homofóbica nas instituições de ensino brasileiras. Assim, o principal objetivo é dotar professores, especialistas em educação e profissionais pedagógicos com as competências necessárias para abordar de forma eficaz e sensível temas relativos à orientação sexual e identidade de gênero (BRASIL, 2008).

O Caderno Escolar sobre Gênero e Diversidade Sexual é uma publicação oficial da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), lançada em 2007 com o objetivo de divulgar orientações e esclarecimentos sobre o assunto para auxiliar os profissionais que atuam nessa área. Este caderno dá ênfase ao gênero, à orientação sexual e à sexualidade no contexto da ética e dos direitos humanos, empregando uma abordagem emancipatória. Pretende desafiar os discursos que consideram estes temas prejudiciais à heteronormatividade e às normas sociais prevaletentes, ao mesmo tempo que visa desconstruir a naturalidade inerente às atitudes culturais hostis e preconceituosas (BRASIL, 2007).

Atualmente, uma política adicional de considerável importância é o Programa Saúde Escolar (PSE), criado em 2008. Esta iniciativa não só provocou numerosos avanços no domínio da educação para a saúde nas instituições de ensino, mas também facilitou a prestação de serviços

direcionados aos adolescentes (BRASIL, 2008).

O PSE visa alargar o discurso em torno do gênero e da sexualidade na educação, sublinhando a importância de iniciativas que ligam a defesa da saúde sexual e reprodutiva com a exploração do gênero e da orientação sexual. Os resultados esperados incluem a resolução de barreiras práticas, tais como a concepção de abordagens eficazes de formação de professores e a concepção de recursos educativos (BRASIL, 2008).

Programas e iniciativas desta natureza visam impulsionar avanços no domínio da educação em matéria de gênero e sexualidade no ambiente escolar. No entanto, foram observados certos desafios na implementação de tais ações.

Maiores desafios à implementação de discussões sobre a diversidade na escola

As discussões em torno de Gênero e Sexualidade no ambiente educacional avançaram para níveis profundos e intrincados nos domínios teóricos. No entanto, existem certos desafios a nível prático na implementação destas políticas. No ambiente escolar, os profissionais, principalmente os professores, encontram dificuldades em contemplar esses conceitos. As noções de gênero e orientação sexual permanecem distantes das experiências reais desses educadores. Em essência, as escolas ainda não compreenderam a noção de que a feminilidade e a masculinidade, bem como o julgamento social dos comportamentos sexuais e emocionais, são socialmente construídas (MARTINS, 2017).

Para começar, é crucial enfatizar que os indivíduos que trabalham em instituições de ensino não estão desligados da sociedade em geral. Como tal, são susceptíveis de influência e têm o potencial de perpetuar normas e crenças sociais relativas ao gênero e à sexualidade, refletindo padrões socialmente aceitáveis.

Madureira e Branco (2015) realizaram pesquisas com educadores e descobriram vários impedimentos que dificultam a sua capacidade de implementar adequadamente políticas que promovam a diversidade. Um grande obstáculo reside na prevalência de uma perspectiva simplista sobre questões de gênero, que perpetua a noção de gênero como estritamente binário, nomeadamente, “masculino” e “feminino”, reforçando ainda mais o domínio do primeiro sobre o segundo.

Esta mentalidade hierárquica gera numerosos casos de desigualdade dentro das instituições educativas, exemplificada pelo tratamento diferenciado entre estudantes do sexo masculino e feminino, em que certos comportamentos são considerados aceitáveis para os rapazes, enquanto são desencorajados para as raparigas, muitas vezes baseado em justificativas biológicas injustificadas (MADUREIRA; BRANCO, 2015).

Como afirmam os autores supracitados, alguns professores continuam incapazes de reconhecer e questionar casos de discriminação de

gênero ou orientação sexual entre os alunos, devido à sua falta de compreensão sobre o assunto.

Ao considerar as disparidades entre masculinidade e feminilidade, persiste a noção de que as mulheres devem aderir a um certo ideal de modéstia e preservar a sua aparência física para serem estimadas, uma exigência que as distingue dos seus homólogos masculinos. Esta percepção entre os responsáveis pelo avanço das políticas de igualdade de gênero tem um peso significativo, uma vez que impacta diretamente a eficácia destas iniciativas. É imperativo que os estudantes recebam uma educação sexual abrangente, proporcionando-lhes igual liberdade, consideração e autogoverno no que diz respeito à sua sexualidade. Qualquer discriminação com base no gênero ou pontos de vista tendenciosos em torno desta questão são cúmplices na promoção de condutas desiguais e crenças sexistas (MARTINS, 2017).

Atualmente, é predominante no âmbito das experiências escolares diárias encontrar casos em que os alunos são vítimas do ridículo e da piada devido à sua conduta, que se desvia das normas e expectativas da sociedade. Tais comportamentos podem estar associados à orientação sexual de um indivíduo ou ao seu vestuário e capacidade de se conformar a grupos sociais.

Quando confrontados com casos de discriminação e preconceito, é crucial que os educadores estejam preparados para abordar estas questões nos ambientes educativos, especialmente os professores, que são responsáveis por lidar com tais situações na sala de aula. Além disso, devem orientar as discussões em sala de aula para mitigar este problema e desmascarar os estereótipos culturais. Contudo, alguns estudos apontam que a resolução de tais conflitos não se alinha às diretrizes estipuladas pelos programas governamentais (MARTINS, 2017).

A demarcação entre preconceitos e valores pessoais, particularmente valores morais e religiosos, é extremamente sutil. Consequentemente, quando os indivíduos desenvolvem uma ligação inflexível com estes valores, muitas vezes apresentam um comportamento homofóbico e preconceituoso. Tal comportamento está enraizado através da influência cultural e ainda mais arraigado pela própria cultura (MADUREIRA, 2012; MADUREIRA; BRANCO, 2012).

Consequentemente, os profissionais enfrentam um conjunto conflitante de valores. Por um lado, existe o valor de respeitar as diferenças individuais, enquanto, por outro, existe o valor de honrar as próprias crenças religiosas.

É crucial neste momento fornecer uma explicação do termo “preconceito”. O preconceito pode ser conceituado como fronteiras simbólicas inflexíveis, com origens históricas e fundamentos emocionais profundos, servindo para delinear distinções culturais entre vários grupos e indivíduos. Os preconceitos surgem em resposta às influências contextuais que os indivíduos encontram, abrangendo padrões e regulamentações morais e

religiosas (MADUREIRA; BRANCO, 2012).

A conexão afetiva pode se manifestar em cenários rotineiros de sala de aula, conforme descrito abaixo: a existência de um aluno que é reconhecido como não heterossexual e não cisgênero muitas vezes provoca desconforto tanto entre alunos quanto entre educadores. Esse desconforto desencadeia ações que rotulam o aluno como desviante das expectativas normativas, levando a manifestações consistentes de condutas antagônicas e discriminatórias, incluindo ridicularização, apelidos depreciativos e agressões verbais ou físicas (MADUREIRA; BRANCO, 2015).

Portanto, é imperativo abordar os princípios éticos e as crenças religiosas dos profissionais envolvidos em esforços promocionais diretos. A intenção não deve ser desacreditar estes valores, mas sim avaliá-los criticamente, reconhecendo que a implementação destes esforços é influenciada por princípios de direitos humanos e não por ideologias individuais (MADUREIRA; BRANCO, 2015).

A discussão de questões de sexualidade em contextos educativos continua a ser um obstáculo persistente, apesar dos progressos notáveis alcançados neste domínio, como evidenciado pelas políticas acima mencionadas. Os desvios do tema tendem a ocorrer quando as normas sociais não estão alinhadas com os padrões defendidos na escola, muitas vezes decorrentes de sentimentos de desconforto e apreensão. Isto deve-se principalmente à obrigação da escola de abordar a expectativa socialmente enraizada, particularmente defendida pelas famílias dos alunos, de dar prioridade à assexualidade e, ao mesmo tempo, esforçar-se por defender e promover a heteronormatividade (LOURO, 2017).

Diante dessa circunstância, diversos profissionais da educação, incluindo professores que interagem diariamente com os alunos, percebem a abordagem das dinâmicas de gênero e sexualidade como precária e imprevisível, optando por adotar uma postura cautelosa de permanecer em silêncio por questões de segurança (LOURO, 2017).

Nesse quadro, quando a instituição de ensino busca incorporar as discussões em torno da sexualidade, seu foco permanece restrito à transmissão de conhecimentos sobre saúde sexual, doenças sexualmente transmissíveis (DST) e gravidez na adolescência. Consequentemente, a instituição acentua implicitamente os impactos adversos e as repercussões da sexualidade na vida dos estudantes. No entanto, não aborda adequadamente as dimensões das emoções, da gratificação e das diversas dinâmicas abrangidas pelos relacionamentos íntimos (LOURO, 2014).

O Brasil fez avanços significativos na implementação de programas nacionais para abordar a discriminação, bem como o preconceito sexual e de gênero, nas escolas. No entanto, os desafios encontrados durante este processo sublinham a importância de atualizar e aperfeiçoar continuamente estes programas, ao mesmo tempo que dá prioridade à formação abrangente e à aplicação vigilante destas políticas.

Concepções sobre diversidade sexual e de gênero na escola

Neste tópico, analisaremos como as categorias de gênero e sexualidade são construídas socialmente e como elas se manifestam no contexto escolar, influenciando as relações entre os sujeitos. Segundo Louro (2010), gênero é uma forma de organizar a diferença sexual e atribuir características, valores, comportamentos, papéis e expectativas às pessoas com base em seu sexo biológico. No entanto, essa organização não é fixa ou natural, mas sim histórica e cultural, variando de acordo com o tempo e o espaço. Assim, gênero é uma construção social que pode ser desconstruída e transformada.

De acordo com Foucault (1988), a sexualidade é um discurso que produz saberes, verdades, poderes e subjetividades, por sua vez, é uma dimensão da vida humana que envolve o desejo, o prazer, a identidade, a expressão e a orientação sexual. A sexualidade também é determinada por fatores sociais, culturais, políticos e religiosos, que definem normas, padrões e tabus sobre o que é considerado aceitável ou não.

No ambiente escolar, as noções de gênero e sexualidade estão presentes nas interações, nas práticas pedagógicas, nos currículos, nos materiais didáticos, nos espaços físicos e nas normas institucionais. A escola, como uma instituição social, reproduz e legitima os discursos hegemônicos sobre gênero e sexualidade, que são aqueles que valorizam a heteronormatividade, ou seja, a norma que estabelece a heterossexualidade como única forma legítima de sexualidade e que pressupõe uma correspondência entre sexo, gênero e identidade (BUTLER, 1990). Esses discursos criam uma hierarquia entre as formas de viver o gênero e a sexualidade, excluindo e marginalizando aquelas que fogem do padrão heteronormativo, como as pessoas homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, intersexuais, entre outras.

A diversidade sexual e de gênero na escola, portanto, é um tema que precisa ser compreendido e respeitado, pois diz respeito aos direitos humanos, à cidadania e à democracia. A escola deve ser um espaço de promoção da igualdade, da diversidade e do combate à discriminação, ao preconceito e à violência de gênero. Para isso, é necessário que a comunidade escolar (estudantes, professores, gestores, funcionários, pais) se envolva em um processo de reflexão crítica e de transformação das suas concepções, atitudes e práticas sobre gênero e sexualidade. É nesse sentido que as políticas públicas de educação devem atuar, oferecendo subsídios teóricos, metodológicos e pedagógicos para que a escola possa abordar a diversidade sexual e de gênero de forma ética, responsável e emancipatória (GESSER, et al., 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou mapear e analisar os discursos sobre diversidade sexual e de gênero entre estudantes, professores, equipe pedagógica e gestores escolares. Através da revisão da literatura, foi possível constatar que a escola ainda reproduz, em grande medida, discursos heteronormativos e LGBT fóbicos que marginalizam as identidades e experiências que fogem dos padrões hegemônicos de gênero e sexualidade.

Os resultados encontrados confirmam a hipótese inicial de que a comunidade escolar ainda compartilha visões preconceituosas sobre a diversidade sexual e de gênero, revelando lacunas na formação dos professores e demais profissionais da educação para lidar com essas questões de forma responsável e ética. As barreiras observadas incluem a perpetuação de estereótipos de gênero, a patologização de identidades não cis heteronormativas e a dificuldade em reconciliar crenças religiosas pessoais com a defesa dos direitos humanos.

Diante do exposto, conclui-se que o objetivo geral proposto foi alcançado, uma vez que o estado da arte sobre o tema foi sistematizado e os principais desafios enfrentados pelas escolas na promoção da diversidade foram identificados. Ademais, contribuições teóricas e práticas foram fornecidas para subsidiar futuras políticas educacionais e a capacitação de profissionais da educação comprometidos com a construção de espaços de ensino-aprendizagem verdadeiramente democráticos e inclusivos.

O estudo delimitou-se a analisar os discursos e concepções da comunidade escolar, não incluindo uma investigação aprofundada das dinâmicas e práticas concretas dentro das escolas. Recomenda-se, como sugestão para pesquisas futuras, a realização de estudos de caso etnográficos, observações in loco e entrevistas qualitativas para compreender como as questões de gênero e sexualidade se manifestam no cotidiano escolar, desde as interações entre estudantes e professores até os currículos, materiais didáticos e espaços físicos.

Outra frente promissora de investigação seria o desenvolvimento e avaliação de intervenções e programas de formação docente em diversidade sexual e de gênero, buscando fornecer ferramentas teórico-metodológicas para que os professores possam abordar essas temáticas de forma responsável em sala de aula. Pesquisas longitudinais também permitiriam traçar a evolução histórica dos discursos e das mentalidades dentro do sistema educacional. Em suma, há ainda um longo caminho de desconstrução de preconceitos a ser trilhado para que a escola cumpra de fato seu papel na promoção da cidadania e dos direitos humanos de todas as pessoas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Brasil registra 145 assassinatos de pessoas trans em 2023, alta de 10%**. Terra, 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/brasil-registra-145-assassinatos-de-pessoas-trans-em-2023-alta-de-10,eb607f66b5a62ff0417039d1ddb32974uw9nubf3.html?utmbsource=clipboard>. Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL, Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. **Cadernos SECAD**, Brasília, DF, 2007.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Programa Saúde na Escola (PSE)**. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Saúde na Escola (PSE): guia técnico**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Introdução**. Brasília, 1998.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

BUTLER, Judith. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2004.exclamation.

CARDOSO, Fernando Luiz. **O conceito de orientação sexual na encruzilhada entre sexo, gênero e motricidade**. Interam. j. psychol. [online]. 2008, vol.42, n.1, pp. 69-79. ISSN 0034-9690.

CRUZ, M. M. S.; PALMEIRA, F. C. C. **Construção de identidade de gênero na Educação Física Escolar**. Motriz, Rio Claro, v.15. 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FURLANI, J. (2005) **O bicho vai pegar!** - um olhar pós-estruturalista à educação sexual a partir de livros paradidáticos infantis. Tese do doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil.

GESSER, M.; CORD, D.; OLTRAMARI, L. C.; NUERNBERG, A. H. Psicologia Escolar e formação continuada de professores em gênero e sexualidade. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 16, 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16a ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 2a ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e gênero**. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2017.

MADUREIRA, A. F. A. (2012). Belonging to gender: Social identities, symbolic boundaries and images. In J. Valsiner (Ed.), **The Oxford handbook of culture and psychology**. New York: Oxford University Press.

MADUREIRA, A. F. A., & BRANCO, A. U. Diversity and inclusion as central values in the construction of a democratic world. In A. U. Branco & J. Valsiner (Eds.), **Cultural psychology of human values**. Charlotte, NC: Information Age. (2012).

MADUREIRA, A. F. A.; BRANCO, A. U. Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva dos professores (as). **Temas em Psicologia**, vol. 23, 2015.

MARTINS, Cícero Felix. Gênero e Sexualidade na Educação Contemporânea. ID on line. **Revista de psicologia**, v. 10, n. 33, p. 257–270, 2017. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/652>. Acesso em: 16 fev. 2024.

NASCIMENTO, M. J.; SILVA, Y. F. O. **Gênero e Sexualidade: uma ação educativa no centro de educação profissional**. IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011.

PRECIADO, Paul. **Testo Yonqui**. Barcelona: Editorial Anagrama, 2008.

PEDROSA, J. B. **Segundo desejo**. São Paulo: Iglu, 2006.

STOLLER, R. (1993). **Presentations of gender**. London: Yale University Press.